BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTÍFICOS MÉDICOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ: 19.848.316/0001-66 NIRE: 31300117073

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. A seguir, apresentação dos resultados do exercício 2022 da Biomedical. O ano de 2022 iniciou sob reflexos da COVID-19, abrangendo o cenário econômico que ainda sofreu em 2022 com os impactos da pandemia iniciada em 2020. O Real enfrentou em 2020 uma forte desvalorização em relação ao Dólar e manteve um patamar elevado de taxa cambial ao longo de todo ano. Somado a isso, com a recuperação econômica de alguns países mais avançados na vacinação, houve uma elevação no preço das commodities e um choque de demanda, aumentando e muito os custos logísticos. Apesar dos fatos relatados, a Companhia trabalhou fortemente para buscar os melhores resultados. Como resultado de planejamento e execução da estratégia a Companhia teve os melhores resultados de Faturamento, EBITDA e Lucro Líquido da sua história. Além disso, durante o ano de 2022, a Companhia implementou uma série de ações e investimentos para estruturar a empresa e prepará-la para a retomada da demanda após a normalização das condições sanitárias no país. Como destaque dessas ações temos a migração para o ERP D365 na Microsoft, um projeto que envolveu várias áreas da empresa com o objetivo de otimizar processos, melhorar controles, padronizar atividades e se preparar para um aumento no volume de movimentações. Demonstrações dos Resultados dos Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021 – Valores expressos em reais

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 – Valores expressos em reais

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.629	2.035
Titulos e valores mobiliarios	6.921	7.862
Contas a receber	13.203	13.314
Estoques	20.664	21.279
Adiantamentos	2.261	1.778
Impostos a recuperar	2.300	2.481
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**47.978**	**48.749**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Contas a receber	209	-
Impostos a recuperar	863	-
Outras contas a receber	45	-
TOTAL DO ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	**1.117**	**-**
Direito de uso	467	971
Imobilizado	3.270	2.982
Intangível	666	671
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**5.520**	**4.624**
TOTAL DO ATIVO	**53.498**	**53.374**

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores e outras contas a pagar	4.710	8.698
Empréstimos e financiamentos	149	-
Obrigações tributarias e trabalhistas	3.254	2.900
IR/CS a recolher	1.445	1.440
Passivo de arrendamento	491	583
Parcelamentos	265	242
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**10.314**	**13.863**
Fornecedores e outras contas a pagar	-	108
Empréstimos e financiamentos	121	-
Provisão para contingências	11.590	9.790
Passivo de arrendamentos	140	705
Parcelamentos	115	355
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**11.966**	**10.958**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	19.030	19.030
Reserva legal	3.509	2.741
Reserva de Lucros	8.679	6.782
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31.218**	**28.553**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQ	**53.498**	**53.374**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - (Valores expressos em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	77.106	64.901
Custo das mercadorias vendidas	(32.099)	(26.290)
LUCRO BRUTO	**45.007**	**38.611**
Despesas comerciais e administrativas	(25.709)	(22.064)
Provisão para perdas estimada no contas a receber	(374)	(297)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(681)	1.091
RESULTADOS ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDOS E IMPOSTOS	**18.243**	**17.341**
Receitas financeiras	1.195	1.303
Despesas financeiras	(1.114)	(1.191)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	**81**	**112**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**18.324**	**17.453**
Imposto de renda e contribuição social	(2.970)	(2.646)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCICIO	15.354	14.807
Lucro por ação (lote de mil ações)	0,86	0,78

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais).

1. Contexto Operacional. A Biomedical Produtos Científicos Médicos Hospitalares S.A. ("Biomedical" ou "Companhia") é uma companhia de capital fechado, genuinamente brasileira, que atua na distribuição de produtos médicos hospitalares de alta tecnologia. Fundada em 18 de outubro de 1984, com compromisso de buscar novas tecnologias e especialidades médicas nas áreas de Cardiologia Intervencionista, Cirurgia Vascular e Endovascular, Cirurgia Geral, Cirurgia Cardiovascular e Radiologia Intervencionista. Hoje atua em todo território nacional, por meio de ampla rede de especialistas de produtos, vendedores e representantes comerciais, localizados nas principais cidades do Brasil. Sua matriz é localizada em Belo Horizonte/MG, na Rua Jaceguai, n° 208 Sl1401, Bairro Prado, Belo Horizonte/MG e possui filiais nas cidades de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE e Curitiba/PR. Em 7 de março de 2017, sob Registro nº 171004574 na JUCEMG, fora registrada Ata de Transformação da Biomedical modificando sua natureza jurídica de Ltda. para S.A. **2. Base de Preparação. 2.1. Declaração de Conformidade.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa n° 2.3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de Mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa n° 3. **2.3. Principais Políticas Contábeis. 2.3.1. Receita operacional.** Para que se possa reconhecer uma receita decorrente de um contrato com clientes, o pronunciamento estabelece um conjunto de cinco critérios objetivos a ser cumpridos conjunta e simultaneamente pela Companhia: 1º Critério: O contrato seja aprovado pelo contratante e pela contratada por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios e que estes estejam comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. 2º Critério: A entidade possa identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a ser transferidos. 3º Critério: A entidade possa identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. 4º Critério: O contrato possua substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). 5º Critério: Seja provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. **2.3.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.3.3. Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada no contas a receber.** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para perda esperada, a qual é constituída considerando a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização. A métrica adotada é apurada através de análise estatística retroativa à média móvel dos últimos 12 meses e contempla, mensalmente, as duplicatas a vencer e aquelas vencidas. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (a) Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (b) Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: (a) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou (b) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **2.3.3.1 Estoques.** Os estoques são mensurados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados pelo custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas (por vencimento de validade) e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **2.3.3.2. Imobilizado.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota Explicativa n° 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3.3.3. *Impairment* de ativos não financeiros.** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. **2.3.3.4. Passivos circulantes e não circulantes.** Apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ajuste a valor presente não foi registrado, em virtude de não possuir impacto relevante. **2.3.3.5. Impostos de renda e contribuição social.** Provisão para tributos sobre o lucro presumido - A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim de cada trimestre, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculadas da seguinte forma: (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica: presunção de 8% sobre a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240. (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: presunção de 12% sobre a alíquota de 9% do lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. Atualmente, a Companhia possui apenas impostos calculados com base no lucro presumido e, por sua vez, não possui impostos diferidos a ser reconhecidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes.** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro presumido do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.3.3.6. Benefícios à empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.3.3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras.** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Os juros sobre aplicação financeira e as variações cambiais ativas. Os descontos concedidos pela Companhia aos clientes, taxas e despesas bancárias e as variações cambiais passivas. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.3.3.8. Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento e mensuração inicial.** A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é um Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente.** *Ativos financeiros.* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou ao VJR com base tanto: (a) No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao VJORA quando: (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o Valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao VJR, a menos que seja mensurado ao custo amortizado, ou ao VJORA. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. A Companhia classifica seus ativos financeiros em: i) VJR e ii) custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. *Passivos financeiros.* Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo, e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica seus passivos financeiros em custo amortizado, representado por "Fornecedores". **(iii) Desreconhecimento.** *Ativos financeiros.* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros.* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.3.9 Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.** As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.3.3.10. Arrendamentos.** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatário.** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizem os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor**. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.3.3.11. Mensuração do valor justo.** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **3. Uso de estimativas e julgamentos.** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas.** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ***(i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – NE 14.*** As provisões para riscos trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. ***(ii) Provisão para perda esperada no contas a receber – NE 7.*** A Companhia constitui provisão esperada no contas a receber para a totalidade das contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base na avaliação do histórico de recuperação de títulos em atraso. Adicionalmente, em atendimento ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia adota um percentual das vendas sob risco de inadimplência, através de uma análise estatística (modelo de expectativa de perda esperada) que estabelece percentuais de perda pela não cobrança de título em atraso, ainda que tenham atingido o prazo de 180 dias estabelecido pela análise histórica. ***(iii) Contratos de arrendamento – NE 11 e 16.*** A Companhia reconhece direitos de uso de contratos de arrendamento, conforme CPC 06(R2) e, para tanto, aplica julgamentos e estimativas associados ao prazo dos arrendamentos e taxas de juros a ser considerados no cálculo do valor presente das parcelas. ***(iv) Depreciação e amortização – NE 12.*** A Companhia possui ativos imobilizados e intangíveis cujas taxas de depreciação e amortização são determinadas com base na vida útil econômica dos ativos, o que envolve estimativas por parte da Administração. **4. Novas políticas contábeis, alterações e interpretações de normas. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia.** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. A – Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1): As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Devido a esta norma está sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros. B – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12). As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A Companhia não contabiliza impostos diferidos dado o regime tributário atual. Para o ano de 2023 os impactos referentes a essa nova norma ainda estão sendo avaliados. C – Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: IFRS 17 Contratos de Seguros; Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) e Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23). **5. Caixa e equivalentes de caixa.** A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Descrição	2022	2021
Caixa e bancos	2.629	2.035
Caixa e equivalentes de caixa	**2.629**	**2.035**

6. Títulos e valores mobiliários

Descrição	2022	2021
Fundos de investimento	6.082	6.106
CDB	839	1.756
Total	**6.921**	**7.862**
Curto Prazo	**6.921**	**7.862**
Longo Prazo	**-**	**-**

O montante investido em fundos de investimento não visa atender a compromissos de curto prazo conforme estabelecido pelo CPC 03 e estão alocados em fundos de investimentos e CDBs. As aplicações financeiras referem-se a um fundo de renda fixa e possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Administração da Companhia com baixo risco de mudança significativa de valor, com rendimento médio anual de 101,5% do CDI em 2022 e 2021. **7. Contas a receber.**

Descrição	2022	2021
Contas a receber de venda de produtos	17.995	17.484
Provisão para perda estimada	(4.544)	(4.169)
Total	13.412	13.314
Curto Prazo	13.203	13.314
Longo Prazo	209	-

Composição dos saldos por período de vencimentos

Descrição	2022	2021
A vencer	10.715	11.200
Vencidos		
De 1 a 30 dias	1.372	923
De 31 a 60 dias	498	571
De 61 a 90 dias	265	631
De 91 a 180 dias	947	432
Acima de 181 dias	4.159	3.727
Total	17.995	17.484

Considerando a natureza dos saldos, a Administração da Companhia adota um modelo de expectativa de perda no crédito de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com o qual constitui uma perda esperada para crédito de liquidação duvidosa devido à inadimplência. A movimentação da provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Movimentação da provisão para perda esperada	2022	2021
Saldo inicial	(4.169)	(4.466)
Adições	(1.396)	(205)
Baixas	1.021	500
Saldo final	(4.544)	(4.169)

8. Estoque. A composição dos estoques está demonstrada conforme a seguir:

Descrição	2022	2021
Estoque para revenda	14.330	12.955
Estoque consignado	5.045	4.821
Estoque em trânsito	1.512	3.726
Provisão de perdas	(223)	(223)
Total	**20.664**	**21.279**

Os estoques da Companhia são constituídos por produtos hospitalares para atendimento a pacientes que necessitam de procedimentos cirúrgicos. Esses estoques são bastante pulverizados, não possuindo um produto principal.A Companhia registra provisão para perdas de estoques quando tem indicativos de que o valor de custo dos estoques é superior ao seu valor recuperável. A análise realizada pela Administração leva em consideração o tempo em que esses estoques se encontram nos estoques sem movimentação (estoques sem movimentação por período superior a 12 meses), assim como a possibilidade de recuperação destes. A Companhia não apresentou movimentação relevante na provisão do exercício.
9. Adiantamentos. A composição dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

Descrição	2022	2021
Adiantamento fornecedores - Exterior	1.671	105
Adiantamento fornecedores – Nacional	589	1.673
Total	**2.261**	**-**
	2.261	**1.778**

10. Impostos a recuperar. Os impostos a recuperar são demonstrados a seguir:

Descrição	2022	2021
ICMS	1.699	1.151
IRRF	717	473
CSLL	154	104
PIS	35	6
COFINS	158	27
IPI	2	-
DIFAL pago a maior	393	393
Exclusão de ICMS da base de PIS e COFINS	-	322
Outros	5	5
Total	**3.163**	**2.481**
Curto Prazo	2.300	2.481
Longo Prazo	863	-

A Companhia, com base em análises e projeções orçamentárias, não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações. **11. Direito de uso.** Os ativos de direito de uso são demonstrados a seguir:

Descrição	Imóveis	Máquinas	Total
Vida útil estimada	60	48	-
31/12/2022			
Custo	1.500	777	2.277
Amortização acumulada	(1.267)	(543)	(1.809)
Líquido	**233**	**234**	**467**

Descrição	Imóveis	Máquinas	Total
Vida útil estimada (meses)	60	48	-
31/12/2021			
Custo	1.500	777	2.277
Amortização acumulada	(934)	(372)	(1.306)
Líquido	**566**	**405**	**971**

A movimentação do saldo de direito de uso é demonstrada conforme a seguir:

Descrição	Imóveis	Máquinas	Total
31/12/2021	**566**	**405**	**971**
Adições	-	-	-
Baixa	-	-	-
Amortizações	(333)	(171)	(504)
Reclassificação	-	-	-
31/12/2022	**233**	**234**	**467**

Descrição	Imóveis	Máquinas	Total
01/01/2021	**899**	**575**	**1.474**
Amortizações	(333)	(171)	(503)
31/12/2021	**566**	**404**	**971**

12. Imobilizado. Movimentação do custo.

Custo	% - Taxa de depreciação a.a.	2020	Adições	Reclassificação	Baixas	2021	Adições	Reclassificação	Baixas	2022
Edificações e benfeitorias	4%	600	-	-	-	600	-	-	-	600
Máquinas e equipamentos	10%	442	-	-	-	442	27	-	-	469
Equipamentos de informática	25%	571	119	-	-	690	125	-	(3)	812
Móveis e utensílios	10%	690	12	-	-	702	11	-	(0)	713
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-748	31	-	-	779	38	-		817	
Veículos	20%	1.049	-	-	(411)	638	844	-	(412)	1.070
Bens em comodato – terceiros	10%	-	163	1.747	-	1.910	7	(232)	(62)	1.623
Bens em comodato	10%	-	-	484	-	484	-	232	-	716
Total do custo		**4.100**	**326**	**2.231 (411)**	**6.2461.051**	**-**	**(478)**	**6.820**		

Movimentação da depreciação. Depreciação	% - Taxa de depreciação a.a.	2020	Adições	Reclassificação	Baixas	2021	Adições	Reclassificação	Baixas	2022
Edificações e benfeitorias	4%	(100)	(25)	-	-	(125)	(24)	-	-	(149)
Máquinas e equipamentos	10%	(130)	(57)	-	-	(187)	(58)	-	-	(245)
Equipamentos de informática	25%	(397)	(83)	-	-	(480)	(98)	-	3	(575)
Móveis e utensílios	0,1	(457)	(58)	-	-	(515)	(58)	-	0	(573)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	(447)	(37)	-	-	(484)	(38)	-	-	(522)
Veículos	20%	(515)	(177)	-	325	(367)	(130)	-	282	(215)
Bens em comodato – terceiros	10%	-	(172)	(673)	-	(844)	(116)	(48)	(22)	(986)
Bens em comodato	10%	-	(49)	(213)	-	(262)	(70)	48	-	(285)
Total da depreciação		**(2.045)**	**(659)**	**(885)**	**325**	**(3.264)**	**(592)**	**-**	**307**	**(3.549)**
Imobilizado líquido		2.055	(333)	1.346	(86)	2.982	459	-	(171)	3.270

A Companhia não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação. Não há indicadores de *impairment* de ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Companhia não possui bens dados em garantia em processos judiciais ou transações financeira. A Companhia não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também não identificou desgaste e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação. Não há indicadores de *impairment* de ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Companhia não possui bens dados em garantia em processos judiciais ou transações financeiras. **13. Fornecedores e outras contas a pagar.** A composição dos fornecedores está demonstrada a seguir:

Fornecedor	2022	2021
Nacional - Matéria-prima	2.927	1.667
Internacional - Matéria-Prima	1.592	6.402
Outros fornecedores	190	737
Total	**4.710**	**8.806**
Circulante	4.710	8.698
Não circulante	-	108
Total	**4.710**	**8.806**

A empresa não realizou e não possui transações de risco sacado, *Confirming, Forfait ou Reverse Factoring* em 31 de dezembro de 2022. **14. Provisão para contingência.**

Descrição	2022	2021
Trabalhistas (a)	2.569	3.559
Fiscal (b)	9.022	6.231
Total	**11.591**	**9.790**

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas cível, trabalhista e fiscal que foram propostos no curso normal dos negócios e que estão sendo tratadas nas esferas administrativa e judicial. São efetuadas provisões para contingências quando a Administração, juntamente com seus assessores internos e externos, julga adequada e considera o risco de perda provável. **(a) Provisões para riscos trabalhistas.** A Companhia efetuou provisão para contingências trabalhistas para fazer face às eventuais demandas judiciais julgadas como perda provável referentes a caracterização de vínculo empregatício de pessoas jurídicas contratadas em cargos de gerência e coordenação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha provisionado o montante de R$2.574 (R$3.559 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente ao valor provisionado, a Companhia não identificou nenhum valor associado ao risco trabalhista que possua prognóstico de perda possível em 2022 e 2021. **(b) Provisão para riscos tributários.** A principal obrigação considerada como risco provável, com base nas avaliações dos assessores jurídicos, refere-se à atuação sofrida no exercício de 2017 no montante de R$ 3.136, referente ao não recolhimento de PIS e COFINS no exercício de 2014. A Companhia avaliou o risco de atuação para os exercícios subsequentes de 2015 a 2018 e completou a provisão em R$ 3.243, totalizando R$ 6.379 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Durante o exercício de 2020, a Companhia iniciou os pagamentos de PIS e COFINS sobre a totalidade das receitas auferidas sem uso do Decreto 6.426/2008, motivo que gerava a exposição acima, pela interpretação de que uma parcela da receita auferida poderia não ser tributada com base no julgamento da administração e de seus assessores jurídicos. Desta forma, não há exposição à riscos desde então e o montante correspondente à exercícios anteriores foi provisionado. Em 2019, também ocorreu o pagamento por denúncia espontânea referente ao ano de 2016, provisionado anteriormente, no montante de R$1.959, resultando então em um saldo final provisionado no montante de R$5.126. No ano de 2021, a Companhia não realizou nenhum pagamento por denúncia espontânea. Durante o ano de 2022 a Companhia recebeu intimações onerando os valores ora provisionados e realizou um complemento de provisão no montante de R$2.443, que segundo os assessores jurídicos possui probabilidade de perda provável. Adicionalmente a Companhia entende que o montante de R$6.248 que está em discussão administrativa junto ao CARF possui probabilidade de perda possível. Abaixo está o resumo da movimentação da provisão para contingências para o exercício de 2022 e 2021:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	9.790	7.763
Adição	2.438	670
Atualização Monetária	458	379
Reversões	(1.101)	(456)
Reclassificação	-	1.434
Total	**11.591**	**9.790**

Causas com prognóstico de perda possível. A Companhia é parte de outras ações judiciais e administrativas cíveis e tributárias. Contudo, para essas demais ações a Companhia não possui causas com prognóstico de perda possível e cuja divulgação nas demonstrações financeiras é requerida conforme CPC 25. **15. Obrigações tributárias e trabalhistas.**

Descrição	2022	2021
Obrigações trabalhistas		
Salários e encargos	331	233
Bônus a pagar	350	490
Provisão para férias e 13°	879	613
FGTS	58	40
INSS	207	185
Total das obrigações trabalhistas	**1.825**	**1.561**
Obrigações tributárias		
PIS/COFINS	936	769
IRRF	83	74
ISS	7	6
IPI	68	72
DIFAL	322	399
Outras	14	19
Total das obrigações tributárias	**1.429**	**1.339**
Total das obrigações trabalhistas e tributárias	**3.254**	**2.900**
Total do circulante	3.254	2.900
Total do não circulante	-	-

16. Passivo de arrendamentos.

Descrição	2022	2021
Arrendamentos de máquinas	239	750
Arrendamentos de imóveis	392	538
Total	631	1.288
Circulante	491	583
Não circulante	140	705

A movimentação do saldo de arrendamentos é demonstrada conforme a seguir:

Descrição	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	1.288	1.608
Amortização de principal	(700)	(553)
Despesa com juros	83	234
Variação Cambial	(40)	(1)
Saldos finais (circulante e não circulante)	631	1.288

O cronograma de arrendamentos em 31 de dezembro de 2022 e os respectivos valores nominais são demonstrados conforme a seguir:

Aging	Valores
2023	491
2024	126
Após 2024	30
	631

As taxas aplicadas aos passivos de arrendamentos correspondem a 9,00% ao ano para contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **17. Patrimônio líquido. (a) Capital social.** O capital social, autorizado e subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$19.030, representado por 19.030.000 ações com valor nominal de R$1,00 cada. O capital social está distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionista	Ações	Integralizado	%
MLB Participações Ltda	19.029	19.029	99,00
Marcos Tadeu Machado	1	1	1,00
Total	**19.030**	**19.030**	**100**

(b) Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei n° 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **(c) Lucros acumulados.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Diretoria, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado. Os dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. A destinação dos lucros obedecerá às disposições a seguir: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o art. 193 da lei societária. Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido ajustado). Os lucros são distribuídos aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Resultado do exercício	16.327	14.807
(-) Reserva legal (5%)	(816)	(740)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.878)	(3.516)
(-) Dividendos adicionais propostos	(8.811)	(8.448)
(=) Total dos dividendos propostos	(12.689)	(11.964)
(-) Dividendos pagos em 2022	(12.689)	(11.964)
(=) Dividendos a pagar	-	-
Movimentação do saldo de dividendos a pagar.		
Dividendos mínimos + propostos + obrigatórios a pagar em 31/12/2021		**-**
(-) Pagamento de dividendos parciais do lucro de 2022	(12.689)	
(+) Dividendos mínimos + propostos + obrigatórios em 31/12/2022	12.689	
Dividendos mínimos + propostos + obrigatórios a pagar em 31/12/2022		**-**

18. Receita líquida de vendas.

Descrição	2022	2021
Receita bruta com revenda de mercadoria	88.257	76.554
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.080)	(1.651)
PIS	(505)	(431)
COFINS	(2.331)	(1.988)
IPI	(1.269)	(1.340)
DIFAL	(1.264)	(2.012)
Devoluções	(4.702)	(4.231)
Receita líquida total	**77.106**	**64.901**

19. Custos e despesas por natureza. 19.1. Custos.

Descrição	2022	2021
Custo de mercadoria vendida	(31.384)	(26.038)
Perdas com mercadorias	(715)	(252)
Total	**(32.099)**	**(26.290)**

Os custos da Companhia são avaliados pelo preço de entrada menos os impostos recuperáveis somados aos impostos de importação, PIS, COFINS e despesas aduaneiras, quando aplicável.
19.2. Despesas comerciais e administrativas.

Descrição	2022	2021
Despesas com pessoal	(12.798)	(11.727)
Despesas comerciais	(6.194)	(4.356)
Despesas com depreciação e amortização	(1.139)	(1.177)
Gastos com Informática	(930)	(738)
Despesas com manutenção	(995)	(779)
Consultoria de profissionais da saúde	(570)	(873)
Auditoria e consultoria tributária	(536)	(770)
Serviços de terceiros	(431)	(234)
Despesas tributárias	(440)	(730)
Provisão para contingência	(1.350)	(214)
Outras despesas	(332)	(465)
Total	**(25.714)**	**(22.064)**

19.3. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Descrição	2022	2021
Recuperação de créditos de tributos federais pagos a maior	31	916
Baixa de ativo imobilizado	(127)	(90)
Outros	(586)	264
Total	**(681)**	**1.090**

20. Resultado financeiro, líquido.

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras		
Receitas s/ aplicação financeira	1.070	550
Juros ativos	10	38
Variação cambial ativa	-	342
Outras receitas financeiras	15	373
Total das receitas financeiras	**1.195**	**1.303**
Despesas financeiras		
Juros de mora pagos e despesas bancárias	(71)	(61)
Descontos concedidos	(96)	(67)
Variações cambiais passivas	(401)	(560)
Imposto sobre Operação Financeira – IOF	(2)	(5)
Juros arrendamento	(85)	(135)
Outras despesas financeiras	(459)	(363)
Total das despesas financeiras	**(1.191)**	**(1.114)**
Resultado financeiro	**81**	**112**

21. Imposto de renda e contribuição social. A seguir, apresentamos a conciliação do imposto de renda e da contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com base no regime de tributação pelo lucro presumido:

Descrição	2022 IRPJ	2022 CSLL	2021 IRPJ	2021 CSLL
Receita operacional	83.555	83.555	72.323	72.323
(=) Total da receita com venda de produtos	**83.555**	**83.555**	**72.323**	**72.323**
Percentual aplicado sobre a receita	8%	12%	8%	12%
(=) Base de cálculo	**6.684**	**10.027**	**5.786**	**8.679**
(+) Receitas financeiras	1.195	1.195	1.303	1.303
(=) Base de cálculo	**7.880**	**11.222**	**7.089**	**9.982**
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15%	9%	15%	9%
(=) Despesa com imposto presumido	**1.182**	**1.010**	**1.063**	**988**
Adicional do imposto de renda				
Base de cálculo antecipação IR	7.880	-	7.089	-
Alíquotas utilizadas para o cálculo	10%	-	10%	-
Compensação 60.000 trimestral	(240)	-	(240)	-
Total de adicional do IRPJ	**764**	**-**	**685**	**-**
Despesa com imposto presumido	**1.946**	**1.010**	**1.748**	**898**
Alíquota efetiva	2,33%	1,21%	2,42%	1,24%

A movimentação do saldo está descrita abaixo:

	2022 IR/CS	2021 IR/CS
Saldo em 01 de janeiro	1.440	664
Provisão	2.956	2.647
Pagamento	(2.812)	(2.465)
Compensações	(139)	(26)
Reclassificação	-	621
Saldo em 31 de dezembro	**22.445**	**22.440**

22. Gestão de riscos e instrumentos financeiros. 22.1. Gerenciamento dos riscos financeiros. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado. **(a) Risco de crédito.** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, e está devidamente provisionado através da "Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa", no montante de R$ 4.544 (R$ 4.169 em 2021), valor este decorrente do modelo de expectativa de perda no crédito adotado pela Companhia. **(b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para isto, o Capital Circulante Líquido (CCL) é mensurado mensalmente, tendo fechado o exercício no montante de R$ 39.128em 31 de dezembro de 2022 (R$ 34.887 em 2021). **(c) Risco de mercado.** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. **(c.1.) Risco cambial.** A Companhia está sujeita ao risco cambial decorrente das compras efetuadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, o Real (R$). A moeda na qual estas transações são realizadas é principalmente o Dólar norte-americano (USD). A Companhia entende que o risco da variação do câmbio é relevante para as demonstrações financeiras como um todo. A Companhia elaborou uma análise de sensibilidade do impacto das variações cambiais sobre seus passivos financeiros indexados. Nessa análise, essas taxas foram enfatizadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário de linha de base, usado como base dos cenários I, II, III e IV, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição da Companhia é proveniente de passivo financeiro que está exposto aos seguintes índices ou taxas de câmbio: Cenário atual: Refere-se ao cenário atual em 31 de dezembro de 2022. Cenário de linha de base: Elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 05 de maio de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP. **Cenários I, II, III e IV:** Conforme mencionado acima, referem-se à sensibilidade a variações de -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário provável (cenário-base), respectivamente. A sensibilidade do passivo financeiro, com base nas premissas descritas acima, é como segue:

Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário 1 -50%	Cenário 2 -25%	Cenário 3 25%	Cenário 4 50%
Variação cambial USD	5,0106	5,2177	2,60885	3,913275	6,522125	7,8

Exposição	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário 1 -50%	Cenário 2 -25%	Cenário 3 25%	Cenário 4 50%
Fornecedores	546	546	284	426	710	853
Passivo de Arrendamento (máquinas)	239	239	125	187	311	374

(c.2) Risco de taxa de juros. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas atrelados a taxas pós-fixadas. Com a finalidade de identificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a sua exposição considerando os seguintes cenários: Cenário atual: Refere-se ao saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Cenário de linha de base: Elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 05 de maio de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP. Cenários I, II, III e IV: Conforme mencionado acima, referem-se à sensibilidade a variações de -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário provável, respectivamente.

Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário 1 -50%	Cenário 2 -25%	Cenário 3 25%	Cenário 4 50%
Variação CDI	13,45%	12,39%	6,20%	9,29%	15,49%	18,59%

Exposição	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário 1 -50%	Cenário 2 -25%	Cenário 3 25%	Cenário 4 50%
Aplicação Financeira	6.921	6.921	7.349	7.564	7.993	8.207
Empréstimos e Financiamentos	270	270	287	295	312	320

(d) Classificação dos instrumentos financeiros. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.629	2.035
Títulos e valores mobiliários	Valor justo	6.921	7.862
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	13.412	13.315
Passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	4.710	8.806
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	270	-
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	631	1.288

(e) Classificação contábil e valor justo. A Administração, com base em sua avaliação, entende que os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros estejam próximos de seus valores justos. *Hierarquia do valor justo.* A mensuração dos valores justos dos títulos e valores mobiliários e seus *inputs* foram classificados como nível 2, baseados na observação dos dados para taxas de Crédito de Depósito Interbancário (CDI) disponíveis no mercado. Entretanto, nenhum ajuste foi considerado necessário por ter valor justo próximo aos valores contábeis. **23. Partes Relacionadas. (a) Composição de Partes Relacionadas.** As principais movimentações da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e seus reflexos no resultado decorrem de transações conforme abaixo:

	Tipo	31/12/2022	31/12/2021
MSB – Medical System do Brasil	Compartilhamento de Despesas	472	-
Lopes Machado e Cia	Aluguel	402	151
MBL Participações	Distribuição de Lucros	12.689	14.298

(b) Remuneração do pessoal chave da administração. A Companhia remunera sua diretoria de forma fixa com valores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 de R$360 ao ano. **24. Eventos subsequentes.** Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

Bárbara Emanuele Medeiros de Souza – Contadora. Bernardo Lopes Machado – CEO.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras - Aos Sócios e aos Diretores da Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S.A. **Opinião com ressalvas.** Examinamos as demonstrações financeiras da Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito e pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", respectivamente, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas.** a) Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta na rubrica de Estoques o montante de R$ 4.822 mil (R$ 2.672 mil em 31 de dezembro de 2020) referente a estoques consignados, para os quais a Administração não realizou a contagem física nos exercícios corrente e anterior. Portanto, não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque naquelas datas. Uma vez que tais estoques afetam a determinação dos resultados das operações, não conseguimos determinar se teria havido necessidade de ajustes em relação aos resultados das operações e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em decorrência desse assunto, não possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação à rubrica dos estoques em 31 de dezembro de 2021, assim como nos elementos componentes das demonstrações financeiras. b) Conforme nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou a reclassificação de bens em comodato originados em exercícios anteriores, para a rubrica do imobilizado, no montante de R$ 2.231 mil, os quais estavam registrados na rubrica de estoques consignados. Em função desta correção, efeitos correspondentes à depreciação oriunda de exercícios anteriores no montante de R$ 885 mil foram integralmente reconhecidos na rubrica de reservas de lucros, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 29 de junho de 2022. KPMG Assurance Services Ltda. CRC SP-023228/O-4 F-MG. Mateus Cunha Figueiredo Contador CRC MG-105612/O-0.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia **03/10/2023**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicidade Legal** no portal do **Jornal Diário do Comércio.** Acesse também através do link:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/03-10-2023-p1